



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana

COMUNIDADE ALDACIR BARBOSA EM FORTALEZA: viver e resistir em uma cidade mercadoria

MARIA ERCILIA MENDONÇA MAIA ¹
LAURA MARIA CUNHA ²

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar a cidade de Fortaleza, em especial a Comunidade Aldacir Barbosa no contexto da construção da Obra do VLT Parangaba-Mucuripe. Obra apontada como fundamental à realização dos jogos da Copa do Mundo de 2014, a qual ainda não foi concluída, fortalecendo nossa hipótese de que a Copa foi utilizada para justificar o aprofundamento da transformação de Fortaleza em Cidade Mercadoria e a remoção de comunidades vulneráveis. Este trabalho resulta de pesquisa bibliográfica, fundamentada no materialismo histórico-dialético, assim como na observação participante.

Palavras-chave: Cidade; Fortaleza; Comunidade Aldacir Barbosa.

ABSTRACT

This work proposes to analyze the city of Fortaleza, especially the Aldacir Barbosa Community in the context of the construction of the Parangaba-Mucuripe VLT Work. Work identified as fundamental to the realization of the 2014 World Cup games, it has not yet been completed, strengthening our

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Do Ceará

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Do Ceará

hypothesis that the Cup was used to justify the further transformation of Fortaleza into a Merchandise City and the removal of vulnerable communities. This work is the result of bibliographic research, based on historical-dialectical materialism, as well as participant observation.

Keywords: City; Strength; Aldacir Barbosa Community.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos um estudo sobre a trajetória de resistência da Comunidade Aldacir Barbosa no contexto da ameaça de remoção devido ao projeto de implantação de um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Ramal Parangaba-Mucuripe, 2ª linha do Metrô de Fortaleza. Esse empreendimento se caracterizou pela instalação de um ramal de transporte de passageiros a partir da remodelação de uma via-férrea, já existente, que transportava cargas e era administrada pela “Transnordestina Logística S/A”.

A Comunidade Aldacir Barbosa tem aproximadamente 60% do seu território localizado no Bairro Fátima³; que nas últimas três décadas passou por um processo de forte especulação imobiliária⁴.

Segundo relatos orais obtidos com os moradores mais antigos, a comunidade sofreu uma primeira tentativa de remoção durante o Governo Virgílio Távora (1979-1982), quando teriam aparecido os supostos “donos da terra”, os quais levaram a polícia até o local para promover a retirada forçada das famílias e a destruição de suas moradias. Foi a partir dessa ameaça que os moradores começaram a se organizar e criaram na década de 1980 a Associação de Moradores com o nome de “Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Aldacir Barbosa”.

As informações sobre os primeiros anos da comunidade, bem como sobre a sua primeira tentativa de remoção, foram coletadas nas entrevistas realizadas para a construção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso, ou seja, são informações obtidas através da história oral da comunidade (MAIA, 2016).

³O Bairro de Fátima surge oficialmente no ano de 1956, um ano após a inauguração da Igreja Nossa Senhora de Fátima, e tem seu processo de expansão ligado a essa importante Igreja. Até aquele momento a região era uma grande fazenda do Coronel Pergentino Ferreira Maia (MAIA, 2016).

⁴Pela produção de novas unidades e condomínios residenciais e comerciais de padrão médio-alto e alto (Rufino, 2013). O que gera uma pressão pela remoção da comunidade, de baixa renda, que “depreciava” os novos imóveis da classe média e alta (MAIA, 2015; OLIVEIRA, 2014, IACOVINI, 2017).

Para a construção deste artigo utilizamos a pesquisa bibliográfica e a observação participante, assim como o materialismo histórico-dialético como fundamento metodológico, que nos possibilitou estudar nosso objeto como algo historicamente construído e em permanente transformação (MINAYO, 2010).

Assim, o nosso artigo tem objetivo analisar a cidade de Fortaleza, em especial a Comunidade Aldacir Barbosa e as principais transformações ocorridas na última década.

2. APONTAMENTOS SOBRE AS CIDADES E AS LUTAS SOCIAIS

As cidades remontam à idade antiga, mas sofreram forte impacto do processo de industrialização, que transformou o solo urbano em mercadoria. Nos últimos séculos o capitalismo avançou fortemente sobre as cidades, tornando ainda mais difícil a classe trabalhadora ter acesso à cidade, em especial à moradia digna (MAIA, 2016).

Lefebvre (2001) reforça que as mudanças ocorridas com a intensa industrialização das cidades alteraram a forma de vivenciá-la na atualidade.

Assim, Rolnik (1995) afirma que uma das principais consequências do processo de industrialização foi a mercantilização da terra urbana (Instituição da moderna propriedade da terra), começando, a partir daí, o processo de segregação espacial, entre os espaços onde vivem os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores assalariados.

[...], o que vai caracterizar esta cidade dividida é, por um lado, a privatização da vida burguesa e, por outro, o contraste existente entre este território do poder e do dinheiro e o território popular. A questão da segregação ganha sob o ponto de vista um conteúdo político, de conflito: a luta pelo espaço urbano. Para os membros da classe dominante, a proximidade do território popular representa risco permanente de contaminação, de desordem. Por outro lado, o próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território popular, base da luta por trabalhadores pela apropriação do espaço da cidade (ROLNIK, 1995, p. 50 – 51).

Tal processo se intensifica com a Revolução Industrial, momento em que as cidades sofrem grande expansão e refletem ainda hoje a forma como são planejadas pelo Estado e o Capital, quase sempre sem participação da classe trabalhadora que nela habita.

O que presenciamos nas cidades é o aprofundamento da segregação espacial causada pela valorização do solo urbano, fazendo com que a classe trabalhadora viva mais distante dos centros urbanos, dos locais com infraestrutura urbana (água, esgoto, luz, asfalto, transporte público), bem como afastados dos serviços públicos (posto de saúde, escola, espaços de

lazer etc.).

A expansão da indústria trouxe junto com a exploração da classe trabalhadora, o processo de aglomeração de amplas massas de trabalhadores nas grandes cidades. Ao trabalhar e morar próximos os trabalhadores começam a se perceber como iguais, sendo esse processo fundamental para a construção das primeiras lutas do proletariado, cujo foco era inicialmente a redução da carga horária de trabalho e melhores salários, mas que foram fundamentais para a formação da consciência de classe dos mesmos.

A cidade industrial tem como uma das principais características a transformação do solo urbano em mercadoria, o que traz grandes dificuldades para que a classe trabalhadora, que sai do campo para ir trabalhar nas indústrias, tenha onde se fixar na cidade.

Segundo Carlos (2001), o uso do solo urbano, vincula-o ao processo de produção capitalista, não sendo caracterizado apenas pela organização sócio-espacial e/ou pela escolha sócio-política, de onde vai ficar a produção e onde fica a moradia na cidade. A escolha dos locais está fortemente relacionada ao valor de cada uma das áreas na cidade, já que, como vimos, com o avanço do processo de industrialização, a terra urbana passa a ter dono e a ser mercantilizada como qualquer outra mercadoria.

Para Maricato (2009), o processo de flexibilização das relações de trabalho que começou a ocorrer na década de 1970 do século passado trouxe o enfraquecimento do Estado provedor, que teve como principal característica na Europa o *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social). Nos países centrais o fim do *Welfare State* teve forte impacto na vida da classe trabalhadora e das cidades. Esses impactos foram muito mais fortes em países em que suas populações nunca conheceram políticas de previdência, saúde, educação e moradia. Nos países da periferia do capitalismo o avanço da globalização ampliou as desigualdades sociais e econômicas historicamente existentes. Esse processo teve como patamar a implantação do ideário neoliberal o qual teve como um dos principais impactos no Brasil a vinculação das políticas sociais à lógica fiscal permanente.

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI ocorreu o avanço da globalização e das ideias neoliberais. Segundo Maricato (2015), esse avanço ocasionou fortes impactos nas cidades dos países periféricos, como é o caso do Brasil, que vivencia o fortalecimento do abismo entre a cidade de quem pode comprar sua moradia no mercado imobiliário e a cidade das ocupações.

Portanto, as cidades na era da globalização passaram a assumir outro papel se transformando em cidades mercadoria, e passaram a ser vendidas sendo, para isso, necessário que se adequassem aos desejos do mercado, fazendo com que as políticas de

planejamento das cidades deixassem de lado suas particularidades e passassem a se adequar às demandas do mercado (VAINER, 2013).

A partir da década de 1990 ocorreu um aprofundamento no processo de transformação do espaço em mercadoria, e as cidades passaram a se tornar mercadoria e serem vendidas no mercado nacional e internacional. Para serem vendidas, as cidades precisavam ser renovadas através de políticas de planejamento urbano (SÁNCHEZ, 2010).

Na “Cidade Mercadoria” o planejamento urbano é pensando e executado de forma a assegurar a venda da cidade e não a garantia de melhores condições de vida, em especial para as populações que vivem nas áreas periféricas.

Para Vainer (2013), a eleição do Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e as exigências para sua realização foram usadas para justificar projetos de remoção de milhares de famílias nas cidades sedes dos jogos. A obra do VLT foi uma das dezenas de obras colocadas como fundamentais para a realização dos jogos da Copa no Brasil, mas que não foram executadas antes da realização dos referidos jogos.

Para Harvey (2013), “às chamadas cidades ‘globais’ do capitalismo avançado são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes porções de trabalhadores de baixa renda, que por sua vez se fundem aos marginalizados e desempregados” (HARVEY, 2013, p.33).

De acordo com Harvey (2013) este desenvolvimento desigual traz elementos que possibilitam a ocorrência de conflitos sociais nas cidades, quando as classes subalternas passam a se organizar em seu local de moradia, não apenas no local de trabalho.

Igualmente, as cidades, na era da globalização, passaram a assumir outro papel. Transformaram-se em cidade mercadoria, de forma que passaram a ser vendidas sendo, para isso, necessário que se adequassem aos desejos do mercado, fazendo com que as políticas de planejamento das cidades deixassem de lado suas particularidades e passassem a se adequar às demandas do capital.

Para Vainer, (2013) a adoção das ideias neoliberais no final do século passado trouxe impacto no lugar da cidade no capitalismo, passando a ser parte importante nesse modelo de acumulação. Ainda para o autor, a preparação das cidades brasileiras para se adequarem a realização da Copa do Mundo 2014 foi usada como desculpa para acelerar o processo de transformação das cidades em mercadoria.

O que estamos vivenciando nas cidades globalizadas é o aprofundamento da pressão sobre a classe trabalhadora. Ademais, hoje é cada vez mais difícil para os trabalhadores viverem em condições dignas na cidade, haja vista que são expulsos para longe dos centros de

decisões, sendo segregados para as periferias. Ao mesmo tempo em que as cidades são símbolos das desigualdades, elas também são espaços propícios para a organização de dezenas de movimentos sociais urbanos no Brasil, entre eles podemos citar o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, o Movimento dos Conselhos Populares (MCP), entre outros.

3. A CIDADE DE FORTALEZA E A LUTA PELO ACESSO À CIDADE

Em relação ao processo de segregação a que Rolnik (1995) se refere, quando analisamos os espaços onde são localizados os conjuntos habitacionais de Fortaleza, verificamos evidências deste processo que engloba a valorização do solo urbano. Observamos que o poder público municipal, na maioria dos casos, construiu seus conjuntos habitacionais em reassentamentos nas bordas periféricas das cidades. Podemos citar como exemplo recente o processo de transferência das famílias das comunidades Vila Cazumba e Lagoa da Zeza⁵. Ao estudarmos a história de Fortaleza percebemos que, desde sua fundação, a cidade privilegiou as classes mais abastardas, prova disso foi o processo vivenciado pelas famílias retirantes do interior do Estado durante os períodos de grandes secas, ocasião em que o poder público construiu os abarcamentos⁶. A partir da seca de 1915, esses abarcamentos passaram a ser chamados de campos de concentração, mas mantiveram os mesmos objetivos (MAIA, 2016).

Em Fortaleza o processo de segregação ocorre desde a sua constituição como cidade, haja vista que notamos a existência de uma cidade construída para os ricos e outra pensada (ou não pensada) para os pobres. O mesmo processo pode ser observado em outras cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

Cunha (2014) ressalta que os recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH) entre 1972 e 1985, em sua maioria, foram utilizados para a construção de conjuntos habitacionais “sem infraestrutura e na Região Metropolitana de Fortaleza” (CUNHA, 2014, p. 140). De modo

⁵A realocação das famílias da comunidade Lagoa da Zeza e Vila Cazumba se deu de forma retirar as famílias do Bairro Luciano Cavalcante situado na zona leste da cidade, numa área com infra-estrutura urbana e social, para o extremo sudeste da cidade, situado no entorno do Bairro Palmeiras. Tal situação vem causando grandes transtornos, não somente para as famílias realocadas, como também para as famílias que já viviam na região.

⁶Os abarcamentos começaram a ser construídos durante a Seca de 1877-1879, nas áreas mais periféricas da cidade, tendo como objetivo isolar e controlar os flagelados de forma a impedir que os mesmos chegassem à cidade de Fortaleza.

que, há mais de quatro décadas, os recursos originalmente destinados à construção de moradias populares estão sendo utilizados para “empurrar” a classe trabalhadora para áreas periféricas da Região Metropolitana de Fortaleza. Esta estratégia é utilizada ainda hoje com recursos do Projeto Minha Casa Minha Vida (PEQUENO; ROSA, 2015).

Como nosso estudo tem como contexto a Comunidade Aldacir Barbosa, que se localiza em Fortaleza-CE, debateremos as formas como as classes populares se organizaram nesta cidade. O processo de povoamento de Fortaleza está fortemente relacionado aos momentos de seca em nosso Estado.

A concentração da terra pelos latifundiários e a falta de vontade dos governantes de melhorar a vida do cidadão do campo fez e faz com que as secas provoquem grande prejuízo econômico, sem prevenções desses momentos de escassez, ocasionando grande êxodo rural (MAIA, 2016, p. 41).

Segundo Silva (2010), as primeiras favelas começaram a aparecer em Fortaleza a partir de 1930, entre elas podemos citar: Cercado do Zé Padre (1930); Mucuripe (1933); Lagamar (1933); Morro do Ouro (1940); Varjota (1945), Meirelles (1950); Papoquinho (1950). A implementação da infraestrutura urbana não ocorreu em paralelo com o crescimento da cidade, fazendo com que milhares de famílias vivessem sem acesso a abastecimento de água, energia elétrica, transporte coletivo, calçamentos etc.

Para Barreira (1992), uma das primeiras lutas de Fortaleza foi a luta do Pirambu pelo direito à terra, que teve seu auge no dia 01 de janeiro de 1962, com a “Marcha do Pirambu”, que reuniu 20.000 pessoas em caminhada até o centro de Fortaleza. A luta foi vitoriosa, pois ocasionou a desapropriação da área para interesse social pelo então Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek (BARREIRA, 1992).

Outro importante exemplo de luta em Fortaleza foi a favela da José Bastos, em 1978, quando mais de mil famílias ocuparam um terreno na Avenida José Bastos. Apesar das famílias terem sido removidas, a ocupação teve apoio de diversos setores políticos e da Igreja Católica (MAIA, 2016).

Durante as décadas de 1980 e 1990 diversos movimentos sociais se fortaleceram em Fortaleza e no Brasil, muitos vinculados às lutas por melhores condições de vida das cidades, como a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (1982) que, em seu primeiro congresso, contou com a presença de 52 entidades comunitárias (MAIA, 2016).

Os primeiros programas de desfavelamento de Fortaleza foram implementados pela Fundação de Serviço Social de Fortaleza (FSS) a partir de 1972. A primeira favela removida foi a conhecida como “Trilho I”, situada no local onde foi construída a Estação Rodoviária João Tomé. As famílias foram realocadas para o Conjunto Alvorada (Seis Bocas), que

recebeu também famílias de outras favelas como a da Av. Estados Unidos, da Av. Senador Machado e do Alto da Piçarra. A partir desse programa de desfavelamento foram criados o Conjunto Marechal Rondon (Jurema) e o Conjunto Palmeiras (grande Messejana) (JALES, 2012; SOUZA, 2009).

Entre 1972 e 1989 também foram criados, através de recursos oriundos do Banco Nacional de Habitação (BNH), a Companhia de Habitação do Ceará (COHAB) e as Cooperativas Habitações (Incoops), além de diversos conjuntos habitacionais em Fortaleza e na Região Metropolitana, entre eles: José Walter (1973); Conjunto Ceará (1977); Conjunto Esperança (1981); Conjunto Timbó (1983); Jereissati (1984) entre outros. Todos esses conjuntos tinham em comum o fato de ter empurrado as populações para as áreas periféricas da cidade, sem acessos a infraestrutura, reforçando o processo de segregação socioespacial (CUNHA, 2014).

Nas décadas seguintes os conjuntos habitacionais em Fortaleza continuaram a ser usados para empurrar as famílias mais pobres para as áreas periferias da capital cearense. Como exemplo podemos citar o Conjunto Habitacional Maria Tomásia⁷, construído pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, durante a gestão de Luizianne Lins.

Os conjuntos habitacionais construídos através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) também ressaltaram o processo de segregação espacial por serem construídos em localizações sem acesso às políticas públicas como: saúde; educação; transporte público entre outros (PEQUENO; ROSA, 2015). É importante ressaltar que os recursos do PMCMV também foram usados para a remoção de famílias, entre elas as famílias que foram removidas devido a obra do VLT.

4. A COMUNIDADE ALDACIR BARBOSA E SUA LUTA PELO DIREITO DE MORAR

A Comunidade Aldacir Barbosa em Fortaleza se localiza nos bairros de Fátima e Aeroporto, entre as avenidas Aguanambi e Borges de Melo. A comunidade abriga cerca de quatrocentas famílias que vivem ao lado da linha do VLT Parangaba-Mucuripe (MAIA,

⁷Entregue no final de 2009, o Conjunto Habitacional Maria Tomásia foi planejado e construído para realocação das famílias da Lagoa da Zeza e da Vila Cazumba, que se localizavam no bairro Luciano Cavalcante. O referido conjunto se localiza no extremo sudeste da cidade, depois do bairro Conjunto Palmeiras.

2016).

As primeiras famílias chegaram na comunidade na década de 1960, oriundos das diversas regiões do interior do estado, com o objetivo de ter melhores condições de vida, mas não tinham condições econômicas de terem acesso à terra e moradia digna, de forma que iniciaram a ocupação e construíram suas moradias no terreno onde hoje a comunidade se localiza (MAIA, 2016; OLIVEIRA, 2014).

Durante a década de 1970, a comunidade passou por uma primeira tentativa de remoção, mas tiveram apoio do diretor do Centro Comunitário Presidente Médici no processo de organização comunitária, em especial da criação da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Aldacir Barbosa, fundada em 1980 (VIANA; MARTINS; MAIA. 2018).

Nas décadas de 1980, 1990 e 2000 a comunidade passou por diversas mudanças na qualidade de vida de seus moradores, entre as quais: fornecimento público de água e esgoto; acesso à energia elétrica; construção de creche e de posto de saúde, entre outros (VIANA; MARTINS; MAIA. 2018).

Por toda nossa experiência como moradora da Comunidade, desde 1984, acompanhamos sua transformação, em especial a partir da definição de Fortaleza como sub-sede da Copa de 2014, quando a Comunidade voltou a ser ameaçada de remoção forçada para implantação do VLT Parangaba-Mucuripe. Tal vivência, associada a nossa militância política pró-moradia social e nossa monografia de conclusão do curso de Serviço Social, aprofundaram nosso interesse acadêmico em acompanhar e analisar os impactos sócio-espaciais da obra (MAIA, 2016).

As cidades vêm passando por um intenso processo de mudanças nos últimos anos, influenciadas pela implantação das ideias neoliberais no contexto das cidades. No Brasil esse processo se intensificou com a eleição do país como sede para receber os jogos da Copa do Mundo FIFA (2014). A esse respeito podemos citar o caso da cidade do Rio de Janeiro, que passou por um processo de grande reestruturação urbana a partir da realização de grandes eventos como a Rio 92, o PAN (2007), a Copa do Mundo (2014) e a Olimpíada (2016). Segundo os dados do Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, construído pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, até 2014 na cidade já tinham sido removidas 4.772 famílias das suas casas, totalizando cerca de 16.700 pessoas de 29 comunidades (COPRJ, 2014).

O debate sobre as consequências da realização dos megaeventos esportivos no Brasil foi, e ainda é, um ponto de discordância na esquerda brasileira desde 2011, quando começaram a surgir Comitês Populares da Copa nas doze cidades sedes dos jogos. Lideranças

populares, pesquisadores e atingidos pelas obras para a preparação das cidades sedes para a Copa, foram diversas vezes questionados e ridicularizados pelas pessoas que participavam das gestões dos governos da época, por proferirem palavras de ordem como; “Copa para quem?”. Porém, não podemos debater sobre a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil, sem falarmos do papel dos governos Estaduais, Municipais e o Governo Federal, na remoção de milhares de famílias no País inteiro, como demonstra o Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas (ANCOP, 2014).

Desde o final do século XX as cidades sofrem com a intensificação da transformação das cidades em mercadoria⁸. Com Fortaleza não era diferente. Com isso não estamos somente chamando a atenção para a venda de parcelas da cidade (fenômeno que emerge com a propriedade privada da terra), mas também para o fato de que a própria cidade estava sendo transformada em produto, entrando nos circuitos da mercadoria.

Faz-se necessário, por conseguinte, compreender qual o lugar da classe trabalhadora na cidade transformada em mercadoria. Nos parece claro que a realização dos jogos da Copa em Fortaleza foi usada como justificativa para o processo de tentativa de expulsão de milhares de famílias em diversas regiões da cidade, em especial aquelas localizadas nas regiões valorizadas da cidade (VIANA; MARTINS; MAIA. 2018).

A partir de 2010 a Comunidade Aldacir Barbosa passou a ser ameaçada de remoção devido à construção da obra do VLT. Os moradores da comunidade optaram por resistir à ameaça de remoção, de forma que não permitiram que as equipes terceirizadas no Governo do Estado entrassem na comunidade para realizar os cadastros sociais das famílias, bem como a medição e avaliação das moradias. Esta resistência teve seu auge na noite do dia 02 de agosto de 2011, quando o próprio governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, foi até a comunidade, com o objetivo de realizar o trabalho que as equipes técnicas não estavam conseguindo fazer. Naquela noite a comitiva do Governador contava com dezenas de policiais, alguns sem nenhuma identificação, bem como com a presença de Secretários Estaduais e técnicos do Estado e das empresas terceirizadas (MAIA, 2016).

Após anos de organização, luta e resistência, a comunidade conseguiu algumas vitórias como a permanência de 80% das famílias no território; a previsão da construção de um conjunto habitacional para as famílias removidas, no terreno do antigo Centro de Cidadania Presidente Médici; o aumento dos valores das indenizações. Ao mesmo tempo essa

⁸Para uma abordagem mais detida sobre a transformação da cidade em mercadoria, ver Harvey (2013) e Vainer (2013).

resistência dos moradores teve diversas consequências que ainda prejudicam a comunidade atualmente, entre elas: demolição da Creche Presidente Médici; rachaduras em dezenas de casas da comunidade; divisão da comunidade em duas, através dos muros de proteção do VLT (VIANA; MARTINS; MAIA. 2018).

Nessas duas décadas do Século XXI, a Cidade de Fortaleza vem passando por diversas transformações, que foram aceleradas a partir de 2009, com a escolha de Fortaleza para ser sub-sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014. O discurso sobre a preparação de Fortaleza para realizar os jogos passou a ser usado pelo governo do Estado e pela Prefeitura Municipal de Fortaleza como justificativa para a construção de diversas obras, entre elas a construção e implementação do VLT, a reforma dos Estádios Castelão e Presidente Vargas.

A obra do VLT foi apresentada pelo Governo do Estado como obra fundamental para a realização dos jogos da Copa na cidade de Fortaleza, mas esse discurso caiu por terra há muitos anos, haja vista que, 08 anos após a realização dos jogos, a referida obra ainda não foi finalizada. Situação que fortalece uma percepção de que a referida obra tinha, entre seus principais objetivos, promover a remoção de centenas de famílias que ocupam há décadas às margens da Via Férrea Parangaba-Mucuripe. A partir da década de 1950, frações pauperizadas da classe trabalhadora, passaram a ocupar e construir suas moradias às margens da linha férrea que, naquele momento, representavam o “fim da cidade”. Mas, nas décadas seguintes a região se transformou em uma das áreas de melhor infraestrutura urbana e de serviços da Cidade, abrangendo alguns dos bairros mais valorizados de Fortaleza, como Meirelles, Mucuripe e Fátima (IACOVINI, 2015).

Desde meados de 2018, diversas casas da comunidade passaram a apresentar rachaduras e, mais uma vez, os seus moradores tiveram dificuldades para acessar os órgãos do Governo do Estado do Ceará, de forma que, em março de 2021, abrimos uma denúncia junto a 9ª Promotoria de Justiça do Estado de Fortaleza, Especializada em Conflitos Fundiários e Defesa da Habitação. Na oportunidade a Promotoria foi informada sobre a situação de 09 casas da comunidade que estavam apresentando diversas rachaduras em suas paredes, teto e chão. Após meses de negociações entre a Promotoria e a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA), a secretaria acatou a solicitação e informou que as 09 casas seriam reformadas, o que efetivamente ocorreu entre outubro de 2021 e fevereiro de 2022.

Porém, infelizmente, essas não eram as únicas habitações que apresentavam rachaduras, de forma que, em março de 2022, novamente enviamos ao Ministério Público (MP) denúncia

sobre a situação de mais 20 habitações que se encontravam nessas condições. Desta vez, no entanto, a SEINFRA respondeu ao MP informando que os problemas eram causados pelo tempo de construção das casas, assim como pelo fato dos moradores utilizarem materiais de baixa qualidade e terem construído suas habitações sem a assessoria de profissionais da engenharia e/ou arquitetura.

5. CONCLUSÃO

Destarte, consideramos que a eleição do Brasil como sede da Copa do Mundo foi utilizada para justificar e fortalecer o processo de transformação das cidades brasileiras em mercadoria, onde as cidades passaram a ser planejadas, não com o objetivo de garantir aos seus cidadãos o direito à cidade, mas para serem colocadas à venda no mercado nacional e internacional.

Por fim, afirmamos que a partir de 2010 a Comunidade Aldacir Barbosa passou a ser ameaçada de remoção devido a realização da obra do VLT, obra essa apresentada pelo Governo do Estado do Ceará como fundamental para a preparação da cidade para receber os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014. Porém, passados 08 anos da realização dos jogos da copa, a referida obra ainda não foi finalizada, o que fortalece uma percepção dos moradores de que as obras apresentadas em Fortaleza pelo poder público Estadual e Municipal como fundamentais para a preparação da cidade para receber os jogos da Copa tinham, entre seus objetivos, promover a remoção de centenas de famílias que residiam e residem em áreas de interesse imobiliário, como é o caso da comunidade Aldacir Barbosa.

6. REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA (ANCOP). **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil**. [s.l.] 3 ed., junho 2014. 124p.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e**

violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro. [s.l.]. 3 ed; Junho 2014. 169p.

CUNHA, Laura Maria. Questão habitacional na cidade de Fortaleza: Da gênese às transformações contemporâneas no espaço urbano. In: CUNHA, L. M.; SILVEIRA, Irma M. M. da. (Org). **Expressões da questão social no Ceará.** Fortaleza: EdUECE, 2021.p. 161-187.

HARVEY, David A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et. al. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram conta do Brasil.** São Paulo: Bointempo: Carta Maior: 2013 p. 27-34.

IACOVINI, Victor. Mobilidade urbana, transportes e VLT Parangaba/Mucuripe: histórico, conceitos, conflitos e impactos sócio-espaciais. In: COSTA, Maria Glelia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria. (Org). **Fortaleza: impactos da copa do mundo 2014.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015; p. 251- 295.

_____. **Economia política das remoções forçadas urbanas:** expropriação, espoliação e exploração na produção do espaço urbano (o caso da Comunidade Aldaci Barbosa. Fortaleza/CE). 2017. 191f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

JALES, Paula R. da Silva. **Uma mulher na Gestão Pública: Aldaci Nogueira Barbosa.** Fortaleza: EdUECE, EDMETA, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MAIA, Maria Ercilia Mendonça. **Comunidade Aldacir Barbosa em Fortaleza:** organização, lutas e resistência pelo direito de morar. 2016. 134 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Curso de Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará, 2016.

MARICATO, Erminia. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. **Revista VerCidade.** Ano IV, n 4, Mar, 2009

_____. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MINAYO, Maria C de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitáec, 2010.

OLIVEIRA, Jersey A. **A gênese da comunidade Aldacir Barbosa:** expropriação, espaço urbano e consciência. 2014. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2014.

PEQUENO, R.; ROSA, S. V. Inserção urbana e segregação espacial: análise do programa minha casa minha vida em Fortaleza. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z. ; RUFINO, M. B. C. (Org). **Minha Casa ... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros.** 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 135-164.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade?** 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A Reinvenção das cidades para um mercado mundial.** 2 ed. Chapecó/SC: Argos, 2010.

SILVA, José Borzaquielo da. **Os incomodados não se retiram:** uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SOUZA, Maria S. de. Fortaleza: uma análise da estrutura urbana. In: DANTAS, Eustógio W. C; SILVA, José B.; COSTA, Maria C. L (Org). **De cidade a metrópole:** (Trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009. (p. 13-86).

VIANA, Virgínia M. A; MARTINS. Raphael, M; MAIA, Maria E. M. As consequências da obra do VLT na Comunidade Aldacir Barbosa em Fortaleza. **XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de 2 a 7 de dezembro de 2018.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et. al. **Cidades Rebeldes:** passe livre e as manifestações que tomaram o Brasil. São Paulo: Bointempo: Carta Maior, 2013. p. 35-40.

,